

ATA N.º 11/2024

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CÂMARA DE 17/04/2024

PRESENCAS

PRESIDENTE:

LUIS MIGUEL FIALHO DUARTE

VEREADORES:

JOAQUIM MARIA PINTO BENTO, em substituição da Vice-Presidente Paula Neves
MARIA GERTRUDES SALSINHA DAS NEVES GARCIA,
RITA MENDES MARQUES BOM DE SOUSA, em substituição do Vereador Miguel Bentinho
ANTÓNIO FRANCISO COSTA DA SILVA

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

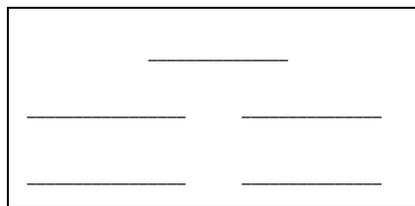
HORA DE ENCERRAMENTO: 15:35 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS:

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE

CAIXA	€
FUNDOS DE MANEIO	€
FUNDO DE MANEIO 1 – MARIA LUISA MARQUES MIRA FERREIRA	€
FUNDO DE MANEIO 2 – MARIA MANUEL NARCISO GRILO ROBERTO	€
FUNDO DE MANEIO 4 – RUI PAULO CORREIA MARTINS	€
FUNDO DE MANEIO 5 – JOÃO SÉRGIO CANIVETE MORAIS	€
FUNDO DE MANEIO 6 – FÁBIO JOSÉ BRANCO PEREIRA	€
FUNDO DE MANEIO 7 – HELENA ISABEL BARROS TORRÃO	€
FUNDO DE MANEIO 9 – DANIELA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS	€
DEPÓSITODEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	€
C.G.D. - CONTA N.º 0035/ 00000345430	€
C.G.D. - CONTA N.º 0035/00004293431	€
C.G.D. - CONTA N.º 0035/00005537330	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007030250	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007121950.....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830-CAUÇÕES	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007302650.....	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00011923950.....	€
C.G.D. – CONTA Nº 0035/00207142150.....	€
B.T.A.–CONTA N.º 0018/10814784001.....	€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/ 40122579668.....	€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	€
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	€



O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual teve lugar nos Paços do Município, com a presença de cinco membros do órgão, concretamente, Luís Miguel Fialho Duarte, que presidiu, o Senhor Vereador Joaquim Maria Pinto Bento, em substituição da Senhora Vice-Presidente Paula Marise Carracha Panóias das Neves, as Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Salsinha das Neves Garcia e Rita Mendes Marques Bom de Sousa, em substituição do Senhor Vereador Miguel José Fonseca Bentinho e o Senhor Vereador António Francisco Costa da Silva. -----

São os seguintes os pontos da ordem de trabalhos desta reunião: -----

- 1) Aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
- 2) Proposta de aprovação de interdição temporária de trânsito nas vias de acesso ao percurso da Corrida da Liberdade, em Alcáçovas e Viana do Alentejo; -----
- 3) Proposta de aprovação da 9ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa e 7ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais; -----
- 4) Proposta de submissão à Assembleia Municipal, para aprovação, da segunda alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, ainda em vigor; -----
- 5) Proposta de aprovação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2023; -----

Tratando-se de uma reunião extraordinária, entrou-se de imediato na ordem de trabalhos

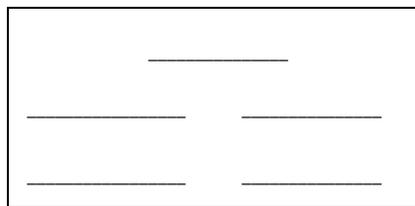
Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta - A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta no final da reunião.-----

Ponto dois) Proposta de aprovação de interdição temporária de trânsito nas vias de acesso ao percurso da Corrida da Liberdade, em Alcáçovas e Viana do Alentejo - Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a proposta de interdição temporária de trânsito nas vias de acesso ao percurso da Corrida da Liberdade, em Alcáçovas e Viana do Alentejo, no período compreendido entre as 10h e as 11h, do dia 25 de Abril de 2024, no âmbito das Comemorações dos 50º da Revolução de Abril de 1974. -----

Ponto três) Proposta de aprovação da 9ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa e 7ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais – A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com dois votos a favor e três abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Marques Bon de Sousa e do Senhor Vereador António Costa da Silva, a 9ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa e 7ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais.-----

Ponto quatro) Proposta de submissão à Assembleia Municipal, para aprovação, da segunda alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, ainda em vigor - Interveio a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia, questionando se os doze trabalhadores que irão regularizar a sua situação, passando a integrar o Mapa de Pessoal, implicariam a extinção dos respetivos lugares atualmente ocupados.-----

O Senhor Presidente confirmou esta situação, explicando à Senhora Vereadora que se trata de um entendimento partilhado com os restantes membros da Vereação, segundo o qual, em casos de mobilidade e consolidação de vínculo após 18 meses, ou em processos de regularização de carreira, os lugares anteriormente ocupados são extintos.-----



O Senhor Presidente afirmou que era um homem de palavra e que este era um compromisso de honra. -----

Após os esclarecimentos prestados relativamente a este ponto, a Câmara deliberou aprovar, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, por parte do Senhor Vereador António Costa da Silva, a proposta de submissão à Assembleia Municipal, para aprovação, da segunda alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, ainda em vigor. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva apresentou uma declaração de voto, justificando a sua abstenção. -----

Referiu que a sua posição pretendia viabilizar os argumentos que têm vindo a ser apresentados há já bastante tempo, embora as opções da sua força política fossem diferentes no que respeita à configuração do Mapa de Pessoal. Contudo, reconheceu que, com a consolidação, as contas se mantêm equilibradas e existe a garantia de que o quadro de pessoal não será aumentado. -----

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia usou da palavra e afirmou que as Vereadoras do PS sempre foram a favor dessa consolidação.

Ponto cinco) Proposta de aprovação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2023-

O Senhor Presidente informou que tinha algumas considerações a fazer sobre o assunto, antes de passar a palavra ao Senhor Vereador e à Senhora Vereadora. Começou por fazer uma avaliação positiva da Prestação de Contas do ano de 2023, destacando que tinham cumprido com os compromissos assumidos e que prepararam projetos e candidaturas com vista ao seu início em 2024. -----

Sublinhou o aumento de visitantes no Concelho, o que considerou bastante positivo, destacando que, entre 2013 e 2023, este último ano tinha sido o melhor em termos de registos de visitantes no Concelho. -----

Perante isto, referiu que isso revelava a forma como estavam a divulgar as políticas de atração do Concelho. -----

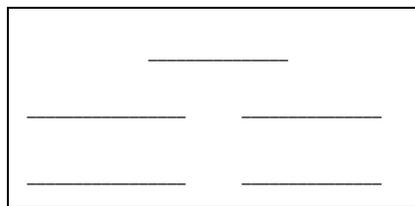
Relativamente à área do ambiente, salientou que, durante o ano de 2023, tinham reduzido em 263 toneladas a quantidade de lixo indiferenciado enviado para o Aterro, o que considerou um ponto positivo, tanto do ponto de vista ambiental quanto económico. -----

Informou ainda que as contas estavam certificadas, sem reserva, e que a situação financeira da Câmara estava equilibrada, sendo a capacidade de endividamento de cerca de 3 milhões de euros. -----

Prosseguindo, afirmou que todas as questões levantadas no início do ano, relacionadas com o desequilíbrio orçamental entre 700 mil e 800 mil euros, foram ultrapassadas, tal como tinham previsto, tendo encerrado o ano com uma situação financeira positiva. -----

A taxa de execução tinha sido de 88,94%, cumprindo, assim, o que está previsto por lei e tinham transitado com um saldo inferior ao do ano anterior, mas também com menos faturas para pagar. -----

O Senhor Presidente afirmou que se tratou de uma questão de gestão. Referiu que, em anos anteriores, incluindo durante o seu mandato, havia sido tomada a opção de um saldo de gerência mais elevado, mas que, devido à necessidade de pagamento de diversas faturas, isso acabava por se traduzir numa solução enganosa. Este ano, decidiu adotar uma abordagem diferente, priorizando o pagamento do maior número possível de faturas, transferindo o restante valor como saldo de transição. -----



O Senhor Presidente acrescentou que não foi contraído qualquer novo empréstimo, como pode ser verificado, ou seja, o endividamento do Município não aumentou, pelo contrário, diminuiu, uma vez que as prestações são pagas regularmente. Informou ainda que, no início de janeiro, foi totalmente liquidado o empréstimo realizado junto à Agência de Desenvolvimento e Coesão, o qual tinha sido começado no anterior executivo, durante a execução da obra Paço dos Henriques. -----

O Senhor Presidente referiu que se verificou um aumento da despesa, o qual está devidamente explicitado, e que se deve a diversos fatores, na sua maioria considerados positivos, com exceção de um: a transferência de verbas para as Juntas de Freguesia. Esta transferência representou um aumento muito superior ao habitual. Destacou ainda o aumento significativo do apoio às Associações, conforme previsto e prometido, o qual se traduziu em mais de 145 mil euros face ao ano anterior. Acrescentou que também se registou um acréscimo na despesa com pessoal, na ordem dos 670 mil euros, não em virtude do aumento de trabalhadores, mas devido a atualizações de carreira, pagamento de retroativos e acertos de diversas situações pendentes. -----

Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente referiu que o aumento da despesa nas situações mencionadas anteriormente ocorreu de forma positiva. No entanto, salientou que a parte negativa, e sem dúvida o maior problema orçamental do Município desde o início do seu mandato, tem sido a despesa crescente com a EBSIS. Indicou que, apesar de estar inicialmente previsto um orçamento de 1 milhão e 700 mil euros, como era do conhecimento geral, o valor final deverá ultrapassar os 3 milhões e meio de euros. -----

O Senhor Presidente referiu ainda que, “não querendo repetir o que estava escrito na nota introdutória”, não poderia, contudo, deixar de reforçar que houve uma evolução significativa na Divisão Urbanística, que terminou o ano de 2023 não exatamente como era desejado, mas já numa fase de estabilização, designadamente de “não acumular processos”, situação que se tem mantido ao longo de 2024. Salientou, ainda, a importância daquela Divisão para o desenvolvimento do Concelho e concluiu as suas considerações sobre o assunto, colocando - se à disposição para eventuais esclarecimentos, afirmando que, caso houvesse necessidade, solicitaria apoio técnico ao setor da Contabilidade. -----

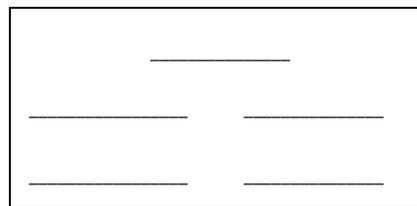
Interveio, de seguida, a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia, referindo que o que mais lhes tinha chamado a atenção foi o aumento das perdas de água, que, desde 2019, apresentavam uma tendência de redução. No entanto, atualmente, esse valor subiu para 32%, o que considerou um dado negativo, sobretudo do ponto de vista ambiental. -----

Adicionalmente, ao compararem os rácios dos indicadores económico-financeiros, verificaram que todos apresentaram uma evolução negativa a partir de 2021. -----

Referiu, a título de exemplo, que em 2021 a autonomia financeira era de 86,41%, tendo diminuído para 85% em 2022 e para 82% em 2023. -----

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia recordou que o Senhor Presidente, no período em que exerceu funções como Vereador, demonstrava preocupação com os resultados líquidos. Nesse sentido, questionou se os resultados atuais não mereciam agora a sua preocupação. -----

O Senhor Presidente usou da palavra e referiu que iria começar por responder ao último ponto. Esclareceu que quem demonstrava essa preocupação era o seu colega Vereador José Filipe, que "tem este tema nas veias" e se empenhava particularmente na análise destes



resultados. Naturalmente, que tinham um entendimento comum por pertencerem à mesma bancada, mas sublinhou que esta preocupação era, em particular, do referido Vereador.---- Acrescentou que se recordava da justificação anteriormente apresentada pelo então Presidente, Bengalinha Pinto, a qual lhe foi também transmitida pessoalmente. Referiu que se tratavam de resultados relativos, sem impacto direto na gestão financeira da Câmara, existindo justificações que explicam a situação. -----

O Senhor Presidente afirmou que tal era algo que acontecia desde sempre e que continuaria a acontecer, quer na sua gestão, quer em qualquer outra que viesse a suceder. -----

Referiu que chamou a atenção para esse aspeto por considerar pertinente a preocupação manifestada por um contabilista, tendo recordado o esclarecimento prestado pelo anterior Presidente, Bengalinha Pinto, no sentido de que “uma coisa era uma empresa, outra coisa era o Município”, não sendo possível estabelecer uma comparação contabilística direta entre ambas as realidades. -----

Prosseguindo, o Senhor Presidente referiu que mantém contacto com o seu ex-colega Vereador, com quem tem trocado algumas opiniões, constatando que este mantém a mesma posição sobre o assunto. Acrescentou que, no exercício das atuais funções e com a informação disponibilizada pelos serviços de Contabilidade, se sente agora mais esclarecido relativamente a esta matéria.-----

No que respeita às perdas de água, manifestou concordância com a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia, considerando tratar-se, de facto, de um ponto negativo, tendo em conta as inúmeras roturas existentes. -----

Referiu ainda que é do conhecimento geral a existência de condutas muito antigas, salientando que o seu Adjunto, que naquele dia exercia funções de Vereador, enfrentou períodos bastante difíceis na tentativa de resolver este problema.-----

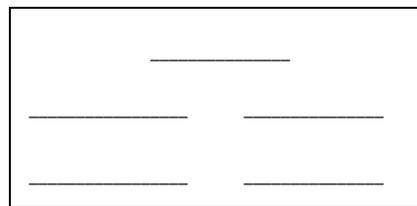
O Senhor Presidente referiu que, naquele caso, não se poderia afirmar tratar-se de uma questão de gestão, uma vez que as roturas ocorrem de forma inesperada e existem anos em que o número de ocorrências é superior. Mencionou, a título de exemplo, uma rotura registada no ano anterior, na localidade de Aguiar, que foi particularmente difícil de resolver, tendo-se perdido uma quantidade significativa de água devido à complexidade na sua localização.-----

Foi necessário deslocar ao local técnicos experientes e equipamento adequado, a fim de localizar a rotura, que se encontrava num ponto inesperado.-----

interveio, de seguida, a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia, defendendo que esta era uma questão prioritária. -----

Em resposta, o Senhor Presidente afirmou que o será, quando existirem recursos financeiros disponíveis para o efeito, acrescentando que a temática das obras não se podia restringir apenas à Regeneração Urbana. Reconheceu que estas eram, de facto, necessárias e referiu que algumas intervenções já estavam previstas, uma vez que tinham sido publicados Avisos que contemplavam essa matéria. -----

Afirmou que, tal como já havia sido referido pelo anterior Executivo, caso existissem apoios financeiros, as obras seriam concretizadas. Salientou que esta era a linha que deve ser seguida, uma vez que o Município não dispõe de capacidade financeira própria para suportar tais investimentos, sendo necessário aguardar pela abertura de Avisos.



Acrescentou que não era possível prescindir de iniciativas como a Feira D'Aires ou a Feira do Chocalho, com o objetivo de canalizar esses recursos para a Regeneração Urbana. Tratava-se, segundo referiu, de uma questão de opções, que colocava o Executivo "entre a espada e a parede". -----

Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente salientou que o Executivo não ficava satisfeito com aquele resultado e que, embora considerasse a Prestação de Contas positiva, tal não significava que estivesse isenta de aspetos negativos. -----

Relativamente à questão dos rácios económicos, o Senhor Presidente referiu que a situação era diferente, já que, havendo investimento, como era o caso, os rácios tendem a baixar. Acrescentou que, na ausência de investimento, naturalmente existiria uma maior disponibilidade financeira, referindo, a título de exemplo, os montantes despendidos com a EBSIS. -----

O Senhor Presidente referiu que, naquele dia, estavam reunidos precisamente para discutir o assunto em causa, sendo o momento oportuno para que cada um pudesse expressar a sua opinião sobre o documento, que considerou de grande importância. Sublinhou que, apesar de o documento ser votado e designado como Prestação de Contas, tratava-se, na realidade, de uma apreciação de contas, conforme estipulado na legislação em vigor. -----

Neste contexto, o Senhor Presidente referiu que, inicialmente, teve dúvidas quanto à necessidade de votação daquele documento, uma vez que, tratando-se de uma "apreciação", poderia considerar-se que se tratava apenas de uma informação e, nesse caso, não estaria sujeito a votação. Contudo, foi-lhe transmitido que, por prática habitual, o documento sempre havia sido votado e posteriormente submetido à apreciação da Assembleia Municipal. -----

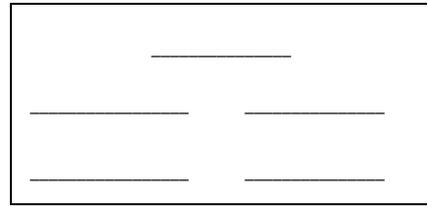
Usou da palavra o Senhor Vereador António Costa da Silva, que se pronunciou sobre o documento apresentado e que iria ser submetido a votação. Referiu que a apreciação a ser feita era, na sua perspetiva, uma apreciação crítica e de carácter global, considerando que o documento em questão deveria ser entendido como um instrumento político ou de ação política. -----

Afirmou que "prestar contas não era prestar resultados", no sentido estrito das contas do ano, mas sim prestar contas da atividade desenvolvida, avaliando o cumprimento do compromisso político assumido pelo Executivo. -----

Acrescentou que a análise em causa dizia respeito ao ano de 2023, ou seja, ao cumprimento do que estava previsto nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento do Município, enquanto propostas aprovadas inicialmente. Defendeu que se tratava de verificar se essas propostas foram ou não concretizadas e qual a consideração política que os restantes Vereadores fazem relativamente a esse documento. -----

O Senhor Presidente interrompeu para esclarecer que o documento estava estruturado em duas componentes: uma parte técnica e uma parte política. Explicou que a parte técnica apresentava os resultados obtidos, os quais eram consequência direta das opções políticas adotadas. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva retomou a sua intervenção, referindo que, com uma periodicidade quinzenal, realizava uma Prestação de Contas, num modelo a que designou como "accountability", à semelhança do modelo europeu. Explicou que tal consistia em demonstrar, de forma clara, aquilo que se fazia, sem "esconder na manga" o que se dizia



ou pensava, permitindo, assim, que todos pudessem avaliar, de forma transparente, positivamente ou negativamente. -----

Acrescentou que, quando realizava a sua Prestação de Contas, recorria ao único meio disponível, nomeadamente as redes sociais, tendo como objetivo permitir que as pessoas pudessem fazer a sua própria apreciação, a qual, referiu, era muitas vezes negativa. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva referiu que os Documentos Previsionais para 2023, nomeadamente o Orçamento, o Plano de Atividades e as Grandes Opções do Plano — foram aprovados ou viabilizados com o voto do Partido Socialista. Acrescentou que, na altura, a força política VIVA se demarcou da posição política então assumida, sendo precisamente sobre os resultados dessa governação que estava a ser feita uma avaliação. -----

Nesse contexto, informou que a sua intervenção se basearia em dois níveis de análise: por um lado, quanto à forma, e por outro, quanto ao conteúdo. -----

Relativamente à forma, salientou que o documento se apresentava de modo simples, claro e objetivo, refletindo com transparência as ações desenvolvidas durante o ano de 2023. Na sua perspetiva, nada se encontrava oculto, estando toda a informação devidamente documentada e apresentada. Acrescentou que, uma vez publicitado na página do Município ou através de qualquer outro meio, todos poderiam aceder ao seu conteúdo e acompanhar o trabalho realizado. -----

Por estas razões, expressou uma avaliação positiva quanto à forma do documento, realçando tratar-se de um documento “bem arrumado e fácil de acompanhar.”

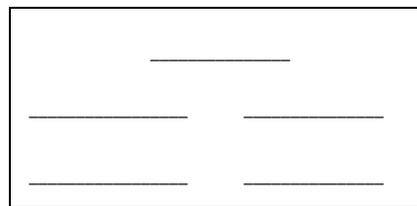
O Senhor Vereador António Costa da Silva, ainda no âmbito da forma do documento, destacou o bom trabalho realizado pela equipa técnica, à qual dirigiu elogios. -----

Prosseguindo, referiu-se ao conteúdo do documento, considerando tratar-se de uma situação distinta, por estar associado à mensagem dos resultados políticos. -----

Assim, afirmou que a análise do grupo VIVA seria muito crítica em vários momentos do documento e, em termos gerais, não divergiria significativamente das posições já assumidas em outros documentos operacionais do Município, como o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. -----

Na sua perspetiva, e na da sua força política, o trabalho demonstrado ao longo de 2023 não correspondia aos desafios e exigências que se colocam ao Município de Viana do Alentejo, nomeadamente nas áreas da habitação, regeneração urbana, condições de vida, apoio aos jovens, apoio às pessoas, famílias e empresas, património e cultura, ambiente e sustentabilidade, tecnologia e inovação, bem como nos investimentos considerados prioritários para a resolução desses problemas. -----

O Senhor Vereador afirmou que as áreas anteriormente consideradas estratégicas não foram devidamente atendidas. Ressaltou ainda que o documento analisado evidenciava a ausência de uma visão clara e de uma estratégia definida para o Município. Utilizando uma expressão popular, referiu que a situação poderia ser descrita como “encanar a perna à rã”. Segundo ele, a sensação predominante é de que “nem anda, nem desanda”. Acrescentou que o Município e o Concelho de Viana do Alentejo têm sido geridos com foco em políticas de gestão quotidiana, em detrimento de grandes temáticas, com exceção de uma, sobre a qual se propôs falar em pormenor. -----

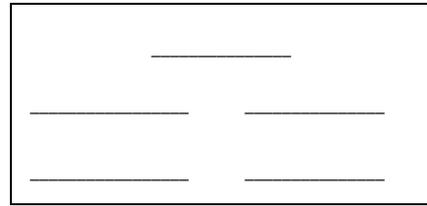


Assim, o Senhor Vereador apresentou alguns exemplos e referiu que, no dia de hoje, como reflexo das políticas que já se arrastam há algum tempo, um eleito no Concelho de Viana do Alentejo não pode beneficiar da redução da taxa de IVA de 23% para 6%, aquando da realização de obras em ARU – Áreas de Reabilitação Urbana, ou seja, nos Centros Históricos de Viana do Alentejo e de Alcáçovas. Tal situação deve-se ao facto de o executivo da CDU ter deixado caducar este processo. Explicou que a reabilitação de edifícios ou de frações autónomas destinadas a habitação, localizadas em ARU, zonas dos Centros Históricos previamente reabilitadas e devidamente inscritas como tal, permitia beneficiar da taxa reduzida de IVA, um incentivo particularmente relevante para jovens casais e famílias que pretendem investir na regeneração urbana. Contudo, no caso de Viana do Alentejo, tal benefício deixou de estar disponível, sendo a responsabilidade atribuída ao Município, que permitiu a caducidade das ARU anteriormente em vigor. -----

Sublinhou que, atualmente, caso alguém pretenda realizar uma intervenção numa zona histórica de qualquer uma das freguesias, já não poderá beneficiar da referida redução do IVA. Acrescentou que o Município não sofreria qualquer perda com a diminuição da taxa de 23% para 6%, sendo o impacto financeiro suportado pelo Estado Central. Referiu tratar-se de uma questão meramente operacional. Perante este cenário, afirmou que não era possível ao Município validar ou certificar esses pedidos, facto que, segundo as suas palavras, podia ser comprovado. -----

Para além disso, o Senhor Vereador António Costa da Silva afirmou que as propostas apresentadas e os modelos de gestão seguidos pelo executivo, nos quais a sua força política não se revê, não dão resposta às reais necessidades do Concelho de Viana do Alentejo. Ilustrou a questão com o exemplo de uma obra de remodelação no valor de 50 mil euros, referindo que uma redução do IVA para 6% representaria uma poupança de cerca de 3 mil euros, enquanto uma taxa de 23% corresponde a um encargo próximo dos 10 mil euros. ---- Prosseguindo, o Senhor Vereador referiu ainda que, em sua opinião, determinadas obras que já poderiam ter sido iniciadas, incluindo intervenções no âmbito das ARU, nomeadamente em Aguiar, e outras ações de Regeneração Urbana, não avançaram, apesar da existência de projetos. Considerou que o Município não contemplou essa possibilidade, uma vez que não negociou essa opção no Plano de Ação da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central. Viana do Alentejo não teve essa opção, apesar de já existirem projetos nesta área. Por esse motivo, na sua perspetiva, o Senhor Vereador afirmou que se está perante um retrocesso nos investimentos no património e na Regeneração Urbana no Concelho de Viana do Alentejo, com todas as implicações daí decorrentes. Sublinhou que pessoas que anteriormente poderiam beneficiar de incentivos fiscais por estarem localizadas em áreas classificadas como ARU já não o podem fazer, devido a esta inação. Acrescentou ainda que outras pessoas, que poderiam reabilitar as suas habitações e usufruir dessas vantagens fiscais, também estão agora impedidas de o fazer. -----

O Senhor Vereador reforçou que o referido documento perpetuava uma situação de atividade pouco ambiciosa e com reduzida dinâmica. Acrescentou que uma outra questão central, associada à anterior, era o facto de o Município de Viana do Alentejo ser proprietário de diversos edifícios devolutos, os quais, estando encerrados, apresentam um agravamento progressivo do seu estado de degradação, não se perspetivando qualquer utilização para a maioria desses equipamentos. Salientou que a questão central residia na aquisição com



objetivos definidos, sendo que, na sua perspetiva, não se vislumbrava qualquer tipo de intervenção, quer nos edifícios já existentes, quer nos que viessem a ser posteriormente adquiridos pelo Município, situação esta que se reportava ao ano de 2023. -----

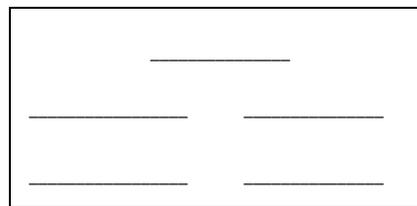
Prosseguindo, o Senhor Vereador fez referência a outra questão central, relativa ao Bairro Social de Aguiar, que não registava qualquer avanço, nem mesmo ao nível dos procedimentos burocráticos, durante o ano de 2023. Sublinhou que, relativamente ao essencial, a sua apreciação era negativa. Considerou tratar-se de uma matéria de elevada importância para o Concelho de Viana do Alentejo, por estar diretamente relacionada com a área da habitação, a qual se encontrava, na sua opinião, em situação bastante deficiente. Acrescentou ainda ter sérias dúvidas quanto à viabilidade da concretização dos loteamentos necessários à execução daquele projeto, bem como quanto à sua implementação e aos respetivos tempos de decisão, manifestando receio de que tal inviabilizasse a sua realização com os financiamentos a 100% previstos no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, uma vez que, segundo afirmou, em 2023 “andaram a passo de caracol”. -----

Salientou que, desde 2021, início do mandato, tinham sido feitos diversos alertas relativamente a este assunto, sem que, no entanto, se tivesse verificado uma resposta adequada por parte do Município, que, segundo referiu, “fez ouvidos de mercador”. Paralelamente, o Senhor Vereador afirmou que existiam outras matérias consideradas estratégicas que igualmente não registaram progressos ao longo do ano de 2023. Acrescentou que a designação dessas matérias era irrelevante, uma vez que, apesar das diferentes forças políticas poderem adotar nomenclaturas distintas ou lógicas divergentes, o tipo de intervenção proposto era, em muitos casos, semelhante. -----

Exemplificando, foram apresentados os seguintes casos: o Centro Ecológico de Produção e Preservação de Arte Oleira, em Viana do Alentejo; o Espaço de Incubação da Arte Chocalheira, em Alcáçovas; a questão da adaptação do Mercado Municipal de Alcáçovas, prevendo a integração de outras atividades económicas; e a Área de Acolhimento Empresarial, em Aguiar. Relativamente a esta última, foi referido que houve avanços no processo de aquisição do terreno, embora, até ao momento, não existam projetos concretos desenvolvidos. Destacou também o alargamento das Zonas Industriais do Concelho de Viana e de Alcáçovas e o Observatório do Tratado das Alcáçovas, cujos projetos não existiam. -----

O Senhor Vereador destacou que esta era a visão da sua força política, sublinhando que considerava estas questões fundamentais, embora reconhecesse que o Município tinha legitimidade para lhes atribuir menor relevância. -----

Prosseguindo, referiu ainda a existência de programas destinados a contrariar os indicadores negativos relativamente às perdas de água, bem como um programa para a captação e aproveitamento da água da chuva para fins não potáveis, no concelho de Viana do Alentejo. Mencionou, igualmente, o projeto do Centro Interpretativo da Arte Chocalheira, sugerindo que a intervenção pudesse ser concretizada nas instalações do antigo Cinema das Alcáçovas. Foi ainda referido que existiram oportunidades de financiamento através de programas no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, bem como de iniciativas do Turismo de Portugal, que poderiam ter sido aproveitadas para os projetos mencionados, mas que, infelizmente, não foram devidamente exploradas.-----



Abordou-se também a temática do Associativismo, por se tratar da primeira rubrica constante na Prestação de Contas. O Senhor Presidente tinha mencionado o aumento dos apoios ao Associativismo e a criação de um gabinete de apoio técnico, destinado a prestar assistência às associações em diversos domínios, nomeadamente na elaboração de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.-----

Desta forma, o Senhor Vereador afirmou que, excluindo os avanços registados com a EBSIS, os projetos no Concelho não têm conhecido progressos significativos, nem demonstram ambição ou inovação. Acrescentou que alguns dos projetos atualmente em curso não dependem diretamente da atuação do Município, como é o caso do novo Quartel da GNR. Relativamente a este último, manifestou reservas quanto ao sucesso do projeto, atendendo à forma como está a ser executado, aos valores envolvidos e à dimensão do investimento.

O Senhor Vereador referiu que o Concelho continuava a necessitar de um verdadeiro impulso na economia local, sublinhando a importância de criar incentivos ao investimento, estabelecer condições de atratividade económica e fomentar o desenvolvimento, com vista à diversificação do tecido económico. Tal diversificação permitiria uma maior resiliência face a crises setoriais de natureza conjuntural.-----

Acrescentou que continuava a não existir um projeto com uma visão transversal e integrada que articulasse áreas fundamentais como a educação, cultura, desporto, associativismo e juventude. Observou que, ao analisar os documentos apresentados, se constata a existência apenas de “iniciativas avulso”, sem uma estratégia coerente que demonstrasse como estas áreas poderiam interligar-se de forma estruturada.-----

Acrescentou que, nas ações desenvolvidas, se verificava uma repetição de iniciativas, referindo que “era mais do mesmo”. Destacou ainda a perceção de um desinvestimento nas políticas sociais, agravado pelo processo de descentralização de competências, o qual, na sua opinião, reforça e amplia as responsabilidades do Município ao nível local. -----

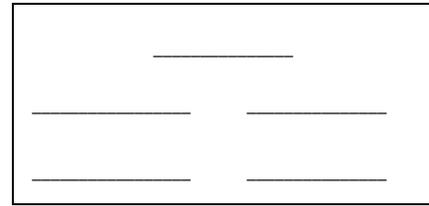
Sublinhou, por fim, a necessidade de um projeto que não abandone à sua sorte os pequenos negócios, os agricultores e os artesãos locais, ou seja, o mundo rural do nosso Concelho. ---

O Senhor Vereador referiu que, embora o Senhor Presidente tenha mencionado indicadores positivos no setor do turismo, estes refletiam, sobretudo, uma dinâmica regional que tem vindo a atingir recordes históricos significativos, sendo que o concelho de Viana do Alentejo não tem acompanhado essa tendência no território.-----

Ainda assim, demonstrou esperança de que a situação possa melhorar com mais investimento. Como exemplo, referiu a recuperação do Monte do Sobral, que possibilitou o aumento da capacidade de alojamento, bem como a Unidade Local do Senhor Farrica, destacando que ambos os projetos foram desenvolvidos sem envolvimento direto do Município.-----

Contudo, reconheceu a existência de outros projetos que avaliou de forma positiva, nomeadamente, Estrada Nacional 2, o Santuário de Nossa Senhora D’Aires e toda a sua envolvente, bem como iniciativas como a Romaria a Cavalos, que têm contribuído para atrair um maior número de visitantes ao concelho de Viana do Alentejo. -----

A concluir a sua intervenção, o Senhor Vereador afirmou que, apesar de se registarem alguns progressos nos indicadores relacionados com o aumento de visitantes, número de dormidas e presença de turistas, os resultados obtidos, embora positivos, continuam aquém da dimensão e da evolução verificada noutros territórios da região.-----



Usou da palavra o Senhor Presidente, que, em resposta ao Senhor Vereador António Costa da Silva, começou por afirmar que “essa era a opinião do Senhor Vereador”, a qual já lhe era conhecida e era algo que já esperava. -----

Acrescentou que não partilhava da mesma perspetiva, sublinhando que existiam visões diferentes relativamente ao desenvolvimento do Concelho. Na sua opinião, o Senhor Presidente considerou que o Concelho se encontrava atualmente numa dinâmica completamente distinta e que, apesar da interrupção provocada por circunstâncias alheias à vontade de todos, se verificava uma recuperação gradual a nível geral. Esclareceu que não pretendia atribuir responsabilidades a ninguém, mas salientou que o Concelho de Viana estava hoje muito diferente, não apenas naquilo que era visível, como as obras em curso em vários locais, mas também no interesse crescente em concretizar esses projetos. -----

O Senhor Presidente acrescentou que várias pessoas se dirigiam à Câmara Municipal com pedidos de informação sobre condições para investir, o que considerava um sinal claro de procura e de atratividade do Concelho. Referindo-se às observações do Senhor Vereador relativamente aos investimentos que não são da responsabilidade direta do Município, sublinhou que, se não fosse o trabalho do executivo em criar as condições necessárias para a concretização desses projetos, os investidores não permaneceriam aqui. -----

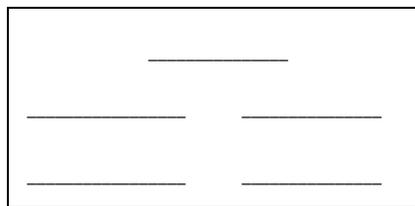
O Senhor Presidente referiu ainda que situações semelhantes estiveram prestes a acontecer com os investidores do Convento de Nossa Senhora da Esperança, em Alcáçovas, bem como com os projetos do hotel e da zona da Lindina, em Viana do Alentejo, salientando que apenas graças à ação do executivo foi possível manter esses investimentos no Concelho. -----

Quanto à existência de um projeto transversal, admitiu que, embora não estivesse formalmente escrito, “sabiam o que queriam”, frisando que a atuação do executivo seguia uma linha orientadora clara. Acrescentou ainda que este executivo teve de dar seguimento a obras que não estavam previstas ou esperadas, o que constituiu um desafio adicional na gestão municipal. -----

O Senhor Presidente salientou que, aquando da decisão do anterior executivo relativamente à construção da EBSIS, declarou ter votado favoravelmente enquanto exercia funções de Vereador. Considerou evidente que se tratava de um projeto ao qual não poderia, de forma alguma, opor-se, uma vez que já existia uma adjudicação formalizada, um empreiteiro pronto a iniciar as obras e estavam em causa valores financeiros significativos. Nesse contexto, afirmou que as circunstâncias não deixavam margem para que a resposta fosse negativa. ---

Contudo, tal como o anterior executivo, o atual também reconheceu a importância desta obra para o Concelho e, nesse sentido, colocou em segundo plano algumas das prioridades constantes do seu programa eleitoral, para dar seguimento a um projeto herdado, mas considerado essencial e inadiável. -----

O Senhor Presidente reforçou que teria, do ponto de vista político, legitimidade para rejeitar a concretização daquela obra, considerando que, na altura, o projeto se encontrava num estado que classificou como um “desastre”. No entanto, por se tratar de uma obra de grande importância e valor para o Concelho, reconheceu que, inevitavelmente, teve de a aceitar, mesmo que isso implicasse abdicar ou adiar outros projetos que o executivo tinha em vista. Sublinhou que esta decisão implicou a necessidade de proceder a ajustes e alterações significativas no programa eleitoral. -----



Referindo-se à intervenção do Senhor Vereador António Costa da Silva, observou que, embora estivessem a analisar o documento referente ao ano de 2023, o Senhor Vereador parecia estar a referir-se à realidade atual. “Isso já é diferente” — afirmou, assinalando que o contexto presente divergia daquele que está refletido no relatório em análise.-----

O Senhor Presidente referiu que o ano de 2021 não deveria ser considerado para este efeito, uma vez que o atual executivo apenas assumiu funções nos últimos dois meses desse ano. Os anos verdadeiramente relevantes foram 2022 e 2023, os quais permitiram a preparação e o avanço de diversos projetos.-----

Acrescentou que, embora não pretendesse associar exclusivamente esses projetos ao seu executivo, afirmou que, se não tivesse sido dado o devido seguimento e se não tivessem sido lançadas as respetivas empreitadas — como foi o caso do Posto da GNR —, as obras não teriam sido concretizadas.-----

O Senhor Presidente referiu que houve intervenções e negociações por parte da Câmara Municipal. Informou que o projeto do Quartel da GNR foi desenvolvido pelo Ministério da Administração Interna (MAI), o que representou uma poupança financeira significativa para a Câmara, ao não ter de suportar os encargos correspondentes.-----

Relativamente aos Polos de Saúde, informou que os mesmos se encontram atualmente em fase de lançamento para concurso, resultado do trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2023.-----

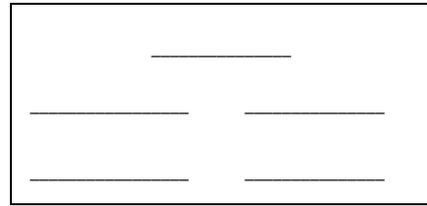
Neste contexto, o Senhor Presidente destacou a importância fundamental dos anos de 2022 e 2023 para a conceção e definição dos projetos, bem como dos objetivos a que os mesmos se propunham.-----

Acrescentou ainda que, como é do conhecimento geral, no âmbito da chamada “Bazuca” (Plano de Recuperação e Resiliência) e do Portugal 2030, os projetos se encontram atualmente em fase inicial de execução, tanto para o Município de Viana do Alentejo como para os demais municípios. Sublinhou que os desafios enfrentados são comuns a todos, uma vez que o Portugal 2030, que estava inicialmente previsto para arrancar em 2021, apenas terá início efetivo em 2024.-----

Perante estes factos, o Senhor Presidente afirmou que, por muito que se quisesse atribuir responsabilidades ao Executivo, tal não seria justo nem adequado. Sublinhou que era do conhecimento geral — inclusive do Senhor Vereador António Costa da Silva, cuja área de atuação abrangia estas matérias — que tais investimentos não poderiam ser realizados devido à ausência de avisos e de financiamento disponível.-----

O Senhor Presidente referiu que os Municípios com maior capacidade económica poderiam avançar com investimentos, e que alguns assim o fizeram, assumindo o risco de que os avisos futuros pudessem não ser compatíveis com esses investimentos. Exemplificou com o caso de um Município que utilizou os recursos financeiros de que dispunha e, posteriormente, teve de recorrer a um empréstimo para poder concretizar outros projetos.-----

O Senhor Presidente afirmou que se tratava de uma questão de opções e de prioridades. Sublinhou, uma vez mais, as diferenças de opinião e de modelo de gestão entre si e o Senhor Vereador António Costa da Silva, ressaltando que não pretendia afirmar que uma forma de gestão era melhor ou pior do que a outra.-----



Referiu ainda que praticamente não existia desemprego no concelho e que tinham sido disponibilizados lotes de terreno destinados à construção de habitação por parte dos jovens. Destacou que, quando esses jovens iniciassem a construção, tal teria reflexo na Prestação de Contas de 2024. Acrescentou, por fim, que também na área do comércio se verificava um aumento de investidores. -----

Prosseguindo, o Senhor Presidente referiu que a promoção do Concelho, durante o seu mandato, seguia uma linha distinta daquela adotada pelo anterior Executivo. Esclareceu que tal diferença não significava que a estratégia anterior estivesse errada, mas que a sua gestão seguia uma abordagem diferente, a qual considerava válida, uma vez que os resultados estavam a surgir e os valores se tornavam visíveis. -----

O Senhor Presidente fez referência ao trabalho desenvolvido na área do Turismo, sublinhando, no entanto, que as atividades promovidas no Concelho, no geral, também assumiam grande relevância. Acrescentou que todas as opiniões deviam ser respeitadas. ---

De seguida, tomou a palavra o Senhor Vereador António Costa da Silva, afirmando que não pretendia rebater as declarações proferidas, mas que não poderia deixar de fazer um comentário, já anteriormente manifestado noutra contexto e refletido no decorrer do ano de 2023. -----

Referiu que, embora o Senhor Presidente tenha destacado melhorias ao nível do urbanismo, tal não se verificava, na sua opinião, na Divisão de Gestão de Recursos, onde considerava ter existido uma grande desorganização durante o ano de 2023. Caracterizou essa situação como uma “bagunça” que gerou significativa confusão e perturbação no funcionamento dos serviços. -----

Voltou a intervir o Senhor Presidente, referindo-se a um comentário anterior do Senhor Vereador António Costa da Silva, no qual este afirmou que “ia prestando contas todas as semanas”. O Senhor Presidente considerou que essa afirmação não refletia inteiramente a realidade, observando que o Senhor Vereador escrevia de forma a transmitir uma determinada imagem a quem o lia. Acrescentou que cada um comunicava à sua maneira, o que não significava que um tivesse mais razão do que o outro, reconhecendo que, por vezes, havia contradições entre o que se dizia e o que se escrevia. -----

Submetida a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com dois votos a favor, duas abstenções das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Bom de Sousa – e um voto contra do Senhor Vereador António Costa da Silva.

Terminada a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às quinze horas e trinta e cinco minutos, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade. -----

Eu,

, Assistente Técnica, a subscrevi.

O Presidente

Os Vereadores

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 17/4/2024

_____	_____
_____	_____

|

|